

**A Produção e Comercialização dos Produtos Agroecológicos e a Participação das Mulheres no Desenvolvimento Local: - um estudo junto ao espaço agroecológico no Recife-PE.**

Resumo:

Este trabalho se propôs a estudar a participação da mulher no processo de produção e de comercialização no espaço agroecológico, no Recife, Pernambuco. Investigar de que forma esta participação contribui para o desenvolvimento local e quais as estratégias adotadas pela agricultura familiar para diminuir o problema da divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres que vivem no meio rural e que comercializam neste espaço pesquisado. Também, procuramos identificar os fatores que facilitam e os que dificultam a participação das mulheres e qual a opinião de alguns consumidores, frequentadores do espaço, sobre a presença delas no processo da comercialização. Nesse contexto procuramos dar visibilidade ao trabalho da mulher agricultora familiar destacando o papel que ela desempenha desde o processo produtivo até a sociabilidade necessária à sua participação no mercado de trabalho.

Palavras chave: agricultura familiar, agroecologia, gênero, participação e desenvolvimento local.

<sup>1</sup> Bióloga. Mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local e Técnica da Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRPE.

## INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea quando as novas tecnologias da comunicação e da informação aceleram o que convencionalmente se traduz como desenvolvimento, algumas conquistas sociais ainda são celebradas como a tentar recuperar perdas históricas e sociais. Neste caso estamos nos referindo a luta pela participação das mulheres em todos os espaços da sociedade atual. A organização e a luta das mulheres pela inclusão justa no mundo da produção econômica têm se fortalecido bastante nas últimas décadas. Algumas iniciativas foram de grande importância para a emancipação delas. Como bem nos mostra a história, as trabalhadoras do campo levantam a bandeira do seu reconhecimento e valorização e seguem para lutar pela autonomia da mulher, sindicalização, documentação e participação política, entre outras.

A divisão sexual do trabalho surge com a sociabilidade e a formação da família. É na família que os papéis são predominantemente determinados, cabendo à mulher desempenhar tarefas domésticas, relativas a casa e à família, ou seja, de reprodução, enquanto o homem, por suas características físicas, luta pela sobrevivência comum e cuida do rebanho. É nesse modelo que se funda a divisão de tarefas, que se tem ajustado às conjunturas econômicas, política e cultural, sem se distanciar da estrutura social, como se observa no cotidiano da reforma agrária. (ROUSSEAU, 1978. apud. FISCHER & GEHLEN, 2002 ),

Ainda sobre os papéis pré-determinados para as mulheres e os homens na família, podemos ainda afirmar que: "Na família, enquanto os meninos são preparados para mandar, decidir e não demonstrar emoção, as meninas são instruídas para apresentarem-se dóceis, pacientes, passivas, emotivas, etc. Ao se tornarem adultas, essas meninas normalmente são guiadas para o matrimônio, cuja finalidade principal é a de encontrar um tutor, ao qual deverão render obediência" (PESSOA, 1990: 362, apud. FISCHER & GEHLEN, 2002). Com Nobre (2003) constatamos que ainda estamos no momento de quebrar a invisibilidade das mulheres, na economia de um modo geral.

Partindo destes pressupostos este trabalho apresenta alguns resultados de uma pesquisa onde foi investigado como ocorre a participação das mulheres na agricultura familiar de base ecológica, quais os fatores que facilitaram e os que dificultaram essa participação,

desde a produção até a comercialização dos produtos nas Feiras Agroecológicas e de que forma esta participação contribui para o desenvolvimento local.

No percurso metodológico desta pesquisa que originou este texto foi um estudo de caso, de caráter exploratório, com uso de entrevistas, observações diretas, com registros no caderno de campo.

Ficou evidenciado que a participação da mulher durante o início da feira é a seguinte: enquanto os homens montam as barracas, as mulheres cuidam da arrumação dos produtos para a comercialização. Sempre se preocupam com a arrumação dos produtos e à medida que eles vão sendo vendidos, elas os repõem. Quanto à questão do manuseio do dinheiro, proveniente da comercialização dos produtos, foi observado que a participação dos dois é igual, tanto o homem como a mulher recebe dinheiro pela venda dos produtos, como também passam troco. O dinheiro circula na mão de ambos, durante o processo de comercialização.

Na questão da socialização as mulheres fazem com mais desenvoltura e frequência, conversam com os consumidores(as), chegando até a ensinar receitas para alimentos, com produtos beneficiados, e até remédios caseiros. Quando perguntados sobre algum produto beneficiado, comercializado nas barracas, os homens, na maioria das vezes, não sabem relatar as receitas e dizem sempre que são as mulheres que fazem o beneficiamento para a comercialização.

Voltando às entrevistas, elas aconteceram junto a dez agricultores e junto às seis agricultoras que comercializam no espaço, assim como com o responsável pelo seu funcionamento. Também foram entrevistados e treze consumidores, que frequentam o local. É importante salientar que esse número de consumidores foi escolhido aleatoriamente.

As entrevistas com consumidores e consumidoras foi uma opção centrada na necessidade de caracterizar o Espaço Agroecológico, objeto do presente estudo, associada às observações da autora à percepção de outros atores, no caso, consumidores e consumidoras.

As entrevistas com agricultores e agricultoras, possibilitaram a análise, em função do problema da pesquisa a partir da visão desses atores. Essas entrevistas foram gravadas e transcritas. Além das entrevistas houve a elaboração de um caderno de campo que se mostrou relevante no processo da pesquisa, - seja no decorrer da coleta dos dados, pois

permitiu sistematizar elementos, captar as percepções e sentimentos ocorridos durante as entrevistas e assim possibilitou ampliar as informações obtidas junto a todos os participantes da amostra estudada, - seja na análise dos dados coletados.

O debate sobre segurança alimentar tem ocupado importantes espaços nacionais e internacionais como um tema emergente. Este tema também está associado aos problemas relativos às condições de produção de alimentos e conseqüentemente à agricultura. Este tema deve ser analisado a partir das peculiaridades locais. No Brasil, por exemplo, a agricultura familiar tem conquistado grandes espaços nos debates sobre as soluções para a escassez de alimentos e desenvolvimento nacional.

Predomina no cenário agrícola brasileiro a pequena propriedade, nas quais se pratica a agricultura familiar. Por falta de uma política agrícola adequada, sem acesso ao crédito ou à assistência conveniente ao seu tipo de atividade, pelo menos metade dessas propriedades se encontra em estado lastimável (BORIN, 1997).

No Nordeste, o problema é ainda mais grave. Segundo dados do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, sediado no Recife-Pernambuco, a agricultura familiar ocupa 83% da mão-de-obra no campo e a menor renda média mais baixa do Brasil, cerca de 8 salários mínimos por ano.

Podemos afirmar que o setor agrícola tem sido drasticamente penalizado pela política monetária adotada, principalmente baseada em preços com garantia abaixo dos custos de produção, importações provenientes de países que subsidiam fortemente a sua produção interna e pelas conseqüências da chamada globalização da economia mundial.

A agricultura familiar se sustenta a partir das seguintes variáveis: terra, trabalho e organização familiar. Neste tipo de atividade devemos levar em consideração suas relações com a economia de mercado. E que a noção de dependência/autonomia, pode ser analisada por parâmetros de dependência tecnológica, financeira e de mercado (LAMARCHE, 1998).

A importância da Agricultura familiar para o desenvolvimento rural é que ela pode servir como caminho para a diminuição da pobreza no país, como afirma Pires (2003), “o reconhecimento da importância da agricultura familiar na alavancagem do desenvolvimento rural é o primeiro passo para reverter o quadro de pobreza instalado no nosso País”.

Porém, a agricultura familiar tem revelado uma grande capacidade de adaptação às mudanças da realidade social e econômica. Até mesmo em países do capitalismo avançado,

onde as forças produtivas no campo se desenvolvem bastante, como nos Estados Unidos, a base social do desenvolvimento agrícola foi a empresa familiar.

É importante que seja observado o fato de conquistarem esses direitos, as mulheres não só diminuem a força de dominação das relações entre homens e mulheres, como também, começam a modificar as estruturas sociais, portanto, a organização da vida social. E é Ávila (2001, p. 39) quem afirma que a vivência desses direitos, como parte da vida cotidiana, implica transformações sociais de ordem material e simbólica, pois essa vivência exige condições objetivas e subjetivas, construção de valores e acesso à riqueza material.

Os estudos sobre a importância da participação teve seu maior incentivo com as idéias de Juan E. Diaz Bordenave (1994) durante o período de transição entre o modelo difusionista da extensão rural e agora segue no modelo participativo dialogado na nova proposta de ATER (MDA, 2004).

Para Lima (2006) participação é uma categoria bem representada na proposta de Extensão Rural desde sua origem, sendo princípio de todas as ações desta política pública, ou seja, lideranças e instituições não-governamentais, governamentais e movimentos sociais comprometidos com o interesse de construir estratégias de mudança, compatíveis com um processo de transição, para uma agricultura de base sustentável num espaço territorial onde estejam inseridos.

O que tem chamado a atenção com relação à participação é que tanto os setores progressistas, que sempre defenderam a democracia, como os setores tradicionais, que sempre foram contrários aos avanços das forças populares estão a favor dela.

É bem verdade que a participação pode ter vários objetivos: ela pode contribuir para o crescimento de consciência crítica da população e com isso aumentar o seu poder de reivindicação, para ter mais poder de decisão nas questões sociais; pode também ser uma forma de libertação e igualdade; como pode ser uma maneira de manter uma situação de controle de uma classe dominante, formada por poucos, sobre uma classe dominada formada por muitos.

Mas o que vem a ser Participação?

Segundo Bordenave (1994, p.16 ),

Participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de

outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros.

O mesmo autor diz que “Apesar de a participação ser uma necessidade básica do homem, ele não nasce sabendo participar. A participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa”. (1994.46)

Pela importância do tema ele tem ganhado grande destaque em vários fóruns mundiais devido sua importância na sustentabilidade do meio ambiente e qualidade de vida para os cidadãos e cidadãs, como também sua importância para um desenvolvimento local sustentável.

Segundo Tavares de Lima e Figueiredo (2003, p.73), no paradigma atual, entende-se por desenvolvimento o avanço no processo da industrialização. Porém, esta mesma industrialização pode acarretar uma série de problemas, principalmente, na saúde devido à poluição produzida pela indústria.

Daí surge a necessidade da implementação de um paradigma de desenvolvimento, que procure conciliar a tensão existente entre crescimento econômico, aumento populacional, grande avanço tecnológico e a necessidade de conservar a natureza.

Segundo De Jesus, (2003, p.72), desenvolvimento local

Trata-se de um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vista a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais.

Esse processo de mobilização de pessoas e instituições é possível que seja o caminho mais viável para que ocorra uma transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidade de trabalho e renda para promover melhor condição de vida para a população local, como também estimular os fatores sociais, culturais, políticos éticos e morais.

Tais procedimentos permitiram que chegássemos às seguintes respostas, atendendo assim aos objetivos da pesquisa:

Constatou-se que a influência da família, consciência da questão da saúde em função da importância de consumir produtos limpos, incentivo e apoio das instituições

governamentais como a universidade e de uma ONG, o avanço nos estudos e debates sobre as questões de gênero, avanço na participação da mulher antes só permitida para homem, trabalhar com o sistema agroecológico (agrofloresta), que demanda também a participação da mulher, conseqüentemente o aumento da renda familiar, são fatores que facilitaram a participação das mulheres no espaço agroecológico.

Constatou-se, também, que existem fatores que ainda dificultam uma maior participação presencial da mulher no espaço. Esses fatores foram constatados por intermédio dos depoimentos pelos(as) agricultores(as) e foram os seguintes: a distância, acúmulo de atividade quando regressam para casa e as tarefas domésticas continuam sendo obrigação da mulher.

Constatamos então que a mulher avançou fazendo o trabalho do homem, porém, o homem não faz o trabalho da mulher. Com isso, a mulher, ao desempenhar as atividades domésticas, consideradas ainda de responsabilidade exclusivamente feminina, e ao mesmo tempo, as atividades agrícolas, está tendo nada mais nada menos que uma dupla jornada de trabalho, um acúmulo de atividades que não deixa de ser um dos fatores que interferem, de forma negativa, na sua participação em qualquer espaço social ou até mesmo repercutindo em problemas de stress.

Quanto à contribuição da participação da mulher no desenvolvimento local constatou-se que no momento em que essa participação favorece mudanças nas condições da vida familiar, através da valorização e respeito pelo trabalho delas, e, principalmente por serem geradoras de renda para o sustento da família, utilizando recursos locais, preservando a natureza, preocupada com as gerações futuras e fortalecendo a agricultura familiar indiscutivelmente podemos concluir que é uma participação, ainda com pequena proporção, porém, em crescimento e aceitação por parte aos envolvidos nessa pesquisa.

Além disso, evocando, as considerações de Demo (2001), há de se considerar que a atuação das agricultoras, seja no processo de produção, seja no processos de comercialização, como no caso estudado, representa uma conquista e significa a construção de um poder que lhe confere nova condição de inserção na família, na comunidade na sociedade.

Este capítulo apresenta as análises e discussões dos dados colhidos, tendo como pressuposto do problema da presente pesquisa no questionamento em torno dos fatores que favorecem ou dificultam a participação das mulheres no contexto da produção e

comercialização dos produtos agroecológicos no universo da Agricultura Familiar, no caso das Feiras Agroecológicas. E em que aspectos a participação da mulher na agricultura familiar, com base agroecológica contribui para o desenvolvimento local?

Uma primeira observação se impõe porque a denominação espaço agroecológico e não feira agroecológica.

Os consumidores que freqüentam este espaço, na sua maioria pertence, pela observação feita pela pesquisadora, a uma classe social de média para alta e são consumidores fiéis que já demonstram um grau de amizade com os agricultores, a tal ponto que ao saberem de um acidente com um dos agricultores, ficou evidente uma preocupação com o mesmo e também a promessa de fazerem uma visita a ele.

Outro público observado durante a pesquisa foi um grupo de jovens que ao saírem de algum clube ou boate se dirige para o espaço com a finalidade de tomar café antes de irem para casa.

No espaço é montada uma tenda que serve como um lugar de lazer para as pessoas tomarem café, para encontro de alguns boêmios, que estão vindo de alguma festa, das caminhadas e que já são bastante conhecidos dos agricultores, e de alguns consumidores, que sentam para tomar café e tocar violão, conversando sobre política, etc. O local fica como ponto de encontro desses consumidores que têm faixa etária variável.

Quanto aos preços, eles são semelhantes em todas as barracas é como se fossem tabelados. Observou-se também, com relação aos preços, que há uma diferença entre os dos produtos comercializados nas feiras tradicionais e os dos produtos comercializados no espaço agroecológico.

Concluindo: ao estudar como ocorre a participação das mulheres na agricultura familiar de base ecológica, bem como identificar quais os fatores que favorecem ou dificultam a participação da mulher na produção e comercialização dos produtos Agroecológicos nas Feiras Agroecológicas e de que forma esta participação contribui para o desenvolvimento local. Foi possível compreender que a influência da família, consciência da questão da saúde, apoio das instituições governamentais como a universidade e de uma ONG, estudos e debates das questões de gênero, avanço da participação da mulher trabalhar com o sistema agroecológico (agrofloresta), que conseqüentemente aumenta da renda familiar, são fatores que facilitaram a participação das mulheres no espaço agroecológico. os fatores que



ainda dificultam uma maior participação da mulher no espaço, foram constatados por intermédio dos depoimentos pelos(as) agricultores(as) e foram os seguintes: a distância, acúmulo de atividade quando regressam para casa e as tarefas domésticas continuam sendo obrigação da mulher.

Constatamos então que a mulher avançou fazendo o trabalho do homem, porém, o homem não faz o trabalho da mulher. Com isso, a mulher, ao desempenhar as atividades domésticas, consideradas ainda de responsabilidade exclusivamente feminina, e ao mesmo tempo, as atividades agrícolas, está tendo nada mais nada menos que uma dupla jornada de trabalho, um acúmulo de atividades que não deixa de ser um dos fatores que interferem, de forma negativa, na sua participação em qualquer espaço social ou até mesmo repercutindo em problemas de stress.

Indagados sobre os seus conhecimentos em assuntos como agroecologia, sistemas agroflorestais, ecologia, preservação ambiental, a maioria dos agricultores, como também, algumas agricultoras, demonstraram um conhecimento e um entendimento bastante amplo. Porém, com relação às questões relacionadas a gênero, ambos os sexos, demonstraram um conhecimento bastante restrito.

Essas constatações demonstram o quão será difícil aos homens, e porque não dizer também, algumas mulheres, lidarem com a conquista e a manutenção dos espaços sociais conquistados por elas, como também sua participação com iguais direitos e deverem no mercado de trabalho.

Esses fatos ficaram evidenciados no momento em que, durante as entrevistas, a maioria dos(as) agricultores(as) responderam que tinham participado de várias capacitações sobre agroecologia e outros temas ligados a essa prática agroecológica, porém, quando as capacitações eram referentes às questões relacionadas ao estudo de gênero, pouco interesse foi demonstrado pela maioria.

Quanto à contribuição da participação da mulher no desenvolvimento local constatou-se que essa participação favorece mudanças nas condições da vida familiar, através da valorização e respeito pelo trabalho delas, por serem geradoras de renda, por preservarem a natureza e fortalecerem a agricultura familiar, concluiu-se que é uma participação, em crescimento e aceitação por parte dos envolvidos nessa pesquisa.

Além disso, evocando, as considerações de Demo (2001), há de se considerar que a atuação das agricultoras, seja no processo de produção, seja no processo de comercialização, como no caso estudado, representa uma conquista e significa a construção de um poder que lhe confere nova condição de inserção na família, na comunidade na sociedade.

Também no que concerne ao Desenvolvimento Local, a presente pesquisa parece sinalizar que o grupo e a situação estudada podem representar um contexto significativo de desenvolvimento local enquanto renda (dimensão econômica), meio ambiente (dimensão ecológica), produção de alimentos saudáveis (soberania e segurança alimentar), organização da produção e da comercialização (dimensão política) e articulação de várias instituições e organização (concertação).

Convém também, evidenciar aspectos relacionados com geração, quando se constatou que as famílias, que participaram deste estudo, empreendem esforços no sentido de possibilitarem a permanência de seus filhos na agricultura. Essa evidência se deu ao fato de que foi constatada a presença de vários filhos de agricultores(as) trabalhando no espaço, alguns casados, já com bancas próprias, outro menores, o que chamou a atenção, da pesquisadora, para o fato de não estarem na escola. Quando questionados sobre este fato, eles responderam que os(as) filhos(as) estudavam durante a semana e que aos sábados, dia da comercialização, eles vinham ajudar, para que participassem de todo o processo, da produção até a comercialização. Demonstraram o desejo de os filhos descem continuidade às atividades agrícolas da família.

Tem-se consciência das limitações do estudo de caso na perspectiva de generalização dos resultados de uma pesquisa. Novos e diferentes estudos, aliando-se àqueles já desenvolvidos, carecem de ter maior aprofundamento. Possivelmente, este estudo sugere também uma análise mais profunda do processo de produção e das relações de gênero que se desenvolvem no seio familiar e na própria comunidade deve ser estimulada.

Por fim, confessa-se igualmente a certeza de que o presente estudo pode representar uma contribuição, à compreensão das relações entre agricultores de base familiar, Agroecologia, Desenvolvimento Local e Gênero.

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade, Recife, SOS CORPO, 2001

BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é participação? São Paulo, Brasiliense, 1994

BORIN, Jair. A reforma agrária no Governo FHC. In: BORIN, Jair. A crise brasileira e o governo FHC. São Paulo, Xamã, 1997.

DE JESUS, P. Desenvolvimento Local. In: CATTAN Antonio David i (Org.) A outra economia, Porto Alegre, Veraz Editores. 2003.

DEMO, Pedro. Pobreza política. Campinas/São Paulo, Autores Associados, 2001.

FISCHER Izaura Rufino & GEHLEN Vitória. Reforma Agrária: Chão Masculino, Pão Feminino. Disponível <http://www.fundaj.gov.br/tpd/130.html>. Acesso em: 21/11/2006

LAMARCHE, Hughes. A agricultura familiar: comparação internacional Tradução Ângela Maria Naoko Tijika. 2ª ed. Campinas, SP. Editora UNICAMP, 1998.

LIMA, I. de S. A Participação como Estratégia no Contexto da Transição de uma nova Prática da Extensão Rural para o Desenvolvimento Local Comunicação, tecnologia e desenvolvimento. Discussões do século novo. Compilado por Gustavo Cimadevilla. Rio Cuarto: Universidad Nacional do Rio Cuarto, 2006.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural Brasília, 2004

NOBRE, Miriam. Mulheres na Economia Solidária. In: A outra economia, CATTANI Antonio David (Org.) Porto Alegre: Veraz Editores. 2003. 2005-211.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. A (re)significação da extensão rural a partir da ótica da inclusão: a via cooperativa em debate. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de (org). Extensão Rural Desenvolvimento Sustentável. Recife, Bagaço, 2003

SANTOS, Graciete & BUARQUE, Cristina. O Que é Gênero? In: MACEDO Vanin e GONÇALVES, Terezinha (Organizadoras) Caderno de textos gênero e trabalho Salvador, REDOR, 2006.

TAVARES, J y FIGUEREDO Marcos. (2003.). Extensão rural e desenvolvimento local. In: TAVARES, Jorge Roberto de (org). Extensão Rural Desenvolvimento Sustentável. Recife, Bagaço, 2003